



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-460-3 DOI 10.22533/at.ed.603191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SÃO ATENDIDOS PELO SAREH	
Geicinara Martins de Almeida Oliveira Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910071	
CAPÍTULO 2	12
A ESCOLA INCLUSIVA: ASPECTOS GERAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	
Ester Vitória Basílio Anchieta Ezer Wellington Gomes Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6031910072	
CAPÍTULO 3	24
A PARTICIPAÇÃO DE UMA ALUNA EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Rodrigo Barbuio Evani Andreatta Amaral Camargo Ana Paula de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6031910073	
CAPÍTULO 4	40
A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN E SEU COMPORTAMENTO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE	
Ivanusa Maria da Silva Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910074	
CAPÍTULO 5	48
A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE SP COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Carolina Lourenço Reis Quedas Silvana Maria Blascovi-Assis Maria Eloisa Famá D´Antino	
DOI 10.22533/at.ed.6031910075	
CAPÍTULO 6	61
A TRAJETÓRIA DE LUTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Dilene Pinheiro da Silva Ailton Vitor Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.6031910076	
CAPÍTULO 7	70
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Loryza Rodrigues Barbosa de Barros Natal Juliana Marcondes Bussolotti	
DOI 10.22533/at.ed.6031910077	

CAPÍTULO 8	85
ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
DOI 10.22533/at.ed.6031910078	
CAPÍTULO 9	96
ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA	
José Ricardo Lopes da Silva	
Laís Helena Gouveia Rodrigues	
Lucas Moreno Cavalcanti Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.6031910079	
CAPÍTULO 10	110
CONSTRUÇÃO DO SENTIDO COLETIVO EDUCACIONAL E A BUSCA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS AUTOINSUSTENTÁVEIS: UM RELATO VIVENCIADO	
Giselda Frank	
Viviane Brandão Frigo	
Samira Furlan	
DOI 10.22533/at.ed.60319100710	
CAPÍTULO 11	115
CURRÍCULO EDUCACIONAL, UM OLHAR PELAS DIVERSIDADES	
Lucimar Araújo Braga	
Igor Antonio Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.60319100711	
CAPÍTULO 12	130
DEFASAGEM IDADE/SÉRIE E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOS SINOS/RS	
Tatiane de Fátima Kovalski Martins	
DOI 10.22533/at.ed.60319100712	
CAPÍTULO 13	136
DESAFIOS DA INCLUSÃO COMO INSTITUINTE DESENCADEANTE DE MUDANÇA NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	
Neide Barbosa Saisi	
DOI 10.22533/at.ed.60319100713	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE A DEFICIENTES VISUAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL	
Ana Carolina Guidorizzi Zanetti	
Kelly Graziani Giaccherro Vedana	
Anderson Heiji Lima Miyazaki	
Bárbara Gadioli	
Beatriz Molina Carvalho	
Bruna Marques Chiarelo	
Carine Sanches Zani Ribeiro	
Cíntia Coró	
Cristiano Gimenez Olímpio	
Daniele Maria Nogueira	
Isabelle Wengler Silva	

João Paulo Ferreira Rodrigues
Jonas Gabriel Pestana Gradim
Julia Cintra Gomes
Juliana Masini Garcia
Livia Maria Landgraff Pereira
Mariana Aparecida de Jesus Castro Santos
Murillo Fernando Jolo
Thainá Ferreira de Toledo Piza
Tatiana Pupim Libório

DOI 10.22533/at.ed.60319100714

CAPÍTULO 15 150

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Silvana Mara Bernardi Rizotto
Fernanda Sprada Lopes
Ivo José Both

DOI 10.22533/at.ed.60319100715

CAPÍTULO 16 154

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Paula Dantas Ferreira
Dayane Mary Soares da Costa
Dayse Alves dos Santos
Marcos Antônio de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100716

CAPÍTULO 17 171

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: A CIDADANIA ATRAVÉS DAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Alana Lessa do Nascimento Silva
Evaldo Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60319100717

CAPÍTULO 18 182

ENSINO DA MATEMÁTICA PARA CEGOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vanessa Soares Sandrini Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100718

CAPÍTULO 19 187

ENSINO DE LIBRAS L2 NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.60319100719

CAPÍTULO 20	193
INFOLIBRAS: VÍDEOAULAS PRÉ-VESTIBULAR EM LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Jaison Fernando da Silva Caroline Barboza Januário Lívia Bianca Oliveira Dariva Daniele Rosa de Arruda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100720	
CAPÍTULO 21	199
LEI N. 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE COM COMPORTAMENTO DESVIANTE?	
Darliane Silva do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.60319100721	
CAPÍTULO 22	204
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MARCOS LEGAIS DO BRASIL DE 1994 A 2015	
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas Josanilda Mafra Rocha de Moraes Lenina Lopes Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100722	
CAPÍTULO 23	217
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DO ENSINO RELIGIOSO	
Patrícia Aparecida da Cunha Guilherme Alessandro Garcia Eloy Alves Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60319100723	
CAPÍTULO 24	224
O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA SURDOS	
Rosanea Beatriz Borges Melchior José Tavares Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.60319100724	
CAPÍTULO 25	232
PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ENFOQUE CTS/CTSA NO ENSINO FUNDAMENTAL VISANDO À INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA PLENA	
Ivone Liphhaus Almeida Sidnei Quezada Meireles Leite	
DOI 10.22533/at.ed.60319100725	
CAPÍTULO 26	245
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS NA GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls	
DOI 10.22533/at.ed.60319100726	

CAPÍTULO 27	251
USO DE INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS NO PROCESSO DE LETRAMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Fernanda Cinthya de Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.60319100727	
CAPÍTULO 28	270
TDAH: SUAS IMPLICAÇÕES COM A VIDA	
Yara Vieira Alberti	
Adriane de Lima Vilas Boas Bartz	
Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.60319100728	
CAPÍTULO 29	280
PROJETO VIVENDO AS DIFERENÇAS	
Cintia Cristina Escudeiro Biazan	
Denise Aparecida Refundini Castellani	
Sandramara Morando Gerbelli	
Viviane Franzo Juliani	
DOI 10.22533/at.ed.60319100729	
CAPÍTULO 30	291
TRANSFORMAR PARA INCLUIR – O CASO DO CAIS DE CONTAGEM-MG	
Élida Galvão do Nascimento	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.60319100730	
CAPÍTULO 31	301
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO PROFESSOR FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR	
Everton Ucela Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100731	
CAPÍTULO 32	312
PROPOSTA DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS UTILIZANDO ATIVIDADES E MATERIAIS ADAPTADOS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU BAIXA VISÃO VERSANDO CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO	
Thamires de Souza Nascimento	
Andréa Aparecida Ribeiro Alves	
DOI 10.22533/at.ed.60319100732	
SOBRE O ORGANIZADOR	323

ARTE, VISÃO DE UM MUNDO COM DEFICIÊNCIA

José Ricardo Lopes da Silva

Universidade Federal de Sergipe – Artes visuais
Aracajú - Sergipe

Laís Helena Gouveia Rodrigues

Universidade Federal de Pernambuco - Design
Caruaru - Pernambuco

Lucas Moreno Cavalcanti Araújo

Universidade Federal de Pernambuco - Design
Caruaru - Pernambuco

RESUMO: A prática de atividades plásticas apresenta-se como uma fonte potencial para a superação de dificuldades encontradas por pessoas com limitações visuais na percepção do universo em que vivem. Nesse contexto, esta pesquisa busca a superação de algumas visões simplistas e de senso comum, mais precisamente no que se refere ao entendimento da prática de técnicas artísticas direcionada aos deficientes visuais. Esse trabalho enfatiza concepções pouco abordadas, quando nos aproximamos das expressões artísticas espontâneas como construção e como expressão, ao serem trabalhadas por estes indivíduos. Diante dessa perspectiva, embasado na bibliografia existente, e na experiência de quase quatro anos em atividade junto ao segmento específico de pessoas cegas e de baixa visão, foi adquirida uma

expressiva compreensão sobre a elaboração de trabalhos artísticos, quando executada por essas pessoas com limitações visuais. Dentro de uma nova visão do mundo, representada pelo crescente processo de inclusão social, esta pesquisa aborda a aplicabilidade formal a respeito da prática de atividades plásticas, sem, no entanto, focar no pragmatismo existente em torno da definição conceitual da mesma, mas sim direcionando-a as expressões artísticas espontâneas, desenvolvidas pelos participantes desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação das pessoas com deficiência; Educação como arte; Expressão livre.

ABSTRACT: The practice of plastic activities presents itself as a potential source for overcoming difficulties encountered by people with visual limitations in the perception of the universe in which they live. In this context, this research seeks to overcome some simplistic and common-sense visions, more precisely regarding the understanding of the practice of artistic techniques directed to the visually impaired. This work emphasizes conceptions that are little discussed, when we approach the spontaneous artistic expressions as construction and as expression, when being worked by these individuals. Given this perspective, based on the existing bibliography and the experience of

almost four years in activity with the specific segment of blind and low vision people, a significant understanding about the elaboration of artistic works was acquired when executed by these people with visual limitations . Within a new vision of the world, represented by the growing process of social inclusion, this research addresses the formal applicability regarding the practice of plastic activities, without, however, focusing on the pragmatism existing around the conceptual definition of the same, but rather directing to the spontaneous artistic expressions developed by the participants in this process.

KEYWORDS: Education of people with disabilities; Education as art; Free expression.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida durante a disciplina de Educação Inclusiva, lecionada no processo de graduação em artes visuais pela Universidade Federal de Sergipe, onde se identificou a necessidade de estudos e pesquisas que objetivassem as possíveis relações entre a prática de técnicas artísticas e a inclusão de pessoas com deficiência visual, entendendo que estas práticas poderiam exercer um papel de grande relevância no que tange a maior participação desses indivíduos na sociedade, dando-lhes uma nova direção quanto ao melhoramento da qualidade de vida.

No que se refere ao mundo dos videntes, este artigo aborda a elaboração de trabalhos enquanto expressões artísticas espontâneas a serem exteriorizada por pessoas com visão limitada, ou sem visão alguma, onde as mesmas podem ou não possuir qualquer espécie de memória visual. A partir deste recorte, a prática de atividades plásticas será direcionada como área de conhecimento possuidora de características únicas e imprescindíveis ao desenvolvimento de todos aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer o universo material através da percepção visual, criando, por meio do toque, uma memória tátil, que na maioria dos casos, será um dos principais parâmetros de reconhecimento deste universo.

Durante a experiência desenvolvida nesta pesquisa junto aos deficientes visuais, percebeu-se que através da prática de técnicas artística é possível desenvolver a percepção e a imaginação utilizando-se de técnicas específicas apuradas durante o experimento, tais como o exercício tátil, associações entre cores e sensações térmicas e/ou sabores. Dessa forma, pretende-se relatar o experimento desenvolvido com deficientes visuais a respeito do potencial das práticas artísticas no universo da pintura. Por meio das técnicas como: modelagem em argila, gravuras, desenhos com lápis grafite e até mesmo o desenvolvimento de técnicas próprias, desenvolvidas pelos participantes, foi desenvolvida a capacidade crítica no que tange a apreensão da realidade e do ambiente que as cerca, permitindo ao indivíduo, cego ou baixa visão, analisar os elementos percebidos paralelamente ao desenvolvimento de suas capacidades criativas dentro de um universo extremamente particular.

2 | CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL E LEGISLAÇÕES

Do ponto de vista legal, de acordo como decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999 são portadoras de deficiência visual as pessoas que possuem as seguintes condições: Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa visão, onde se constata acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Com base nas definições médicas, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças CID-10 (1996), há quatro níveis de função visual: Visão normal, deficiência visual moderada e grave, e a cegueira. Deficiência visual moderada combinada com deficiência visual grave é denominada baixa visão. Baixa visão associada à cegueira representa a deficiência visual. Assim temos, em consonância com a percepção legal, dois grandes grupos relacionados à deficiência visual: Cegueira e Baixa visão.

A cegueira caracteriza-se pela perda total ou pouquíssima capacidade de enxergar (números de acuidade visual acima referido), levando a pessoa à utilização de sistemas que auxiliem no processo de leitura e escrita de informações, como por exemplo, o sistema Braille. A cegueira pode ser congênita ou adquirida em detrimento a fatores fisiológicos e/ou neurológicos. A baixa visão se caracteriza pelo comprometimento do funcionamento do órgão visual, mesmo depois de tratamentos e correções, devido à degeneração muscular, glaucoma, retinopatia diabética ou catarata. A pessoa com baixa visão consegue ler textos impressos ampliada ou com uso de recursos ópticos especiais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que há 285 milhões de pessoas com deficiência visual em todo mundo, sendo que 39 milhões são cegos e 246 milhões têm baixa visão. Segundo dados do IBGE de 2010 do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 3,5% da população. Em seguida, ficaram problemas motores (2,3%), intelectuais (1,4%) e auditivos (1,1%).

De acordo com Cambiaghi (2007), um grande avanço para o início da inclusão da pessoa com deficiência aconteceu em 1975, com a promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, na ONU. No ano seguinte, em maio de 1976, a OMS, por ocasião da 29ª Assembleia Mundial da Saúde, adotou a resolução WA29.35, que tirou da deficiência o caráter de doença. Objetivando diminuir o estigma da patologia, refletindo também na esfera social. Após anos de revisão e atualização de conceitos foi desenvolvida a WHA 54.21, aprovada em maio de 2001. Além das mudanças de caráter social, essa versão apresenta conceitos voltados ao ambiente em que a pessoa com deficiência se situa.

Essas mudanças na maneira de olhar da Pessoa Com Deficiência (PCD)

possibilitou durante o século XXI a criação de leis que aos poucos foram refletindo a mudança na sociedade, principalmente em relação à atenção da PCD no Brasil. Uma das primeiras conquistas, foi regulamentada em 2 de dezembro de 2004, por meio do Decreto nº 5.296, onde foi estabelecido a prioridade no atendimento, normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade no país.

Posteriormente, foi promulgada a convenção com equivalência de Emenda Constitucional pelo Decreto nº 6.949, da Presidência da República, em 2009. Entre outros pontos, ressalta que uma sociedade inclusiva é definida pelo respeito e valorização das diferenças; reconhece a igualdade entre as pessoas; considera a diferença um princípio básico, o que torna inaceitável qualquer tipo de discriminação.

Em relação aos direitos à educação das pessoas com deficiência, o Brasil vem mudando sua perspectiva bem recentemente, com uma evolução considerável nos últimos dez anos em relação ao entendimento das necessidades e limitações das pessoas que possuem algum tipo de deficiência e real integração dessas pessoas no âmbito escolar. A resolução nº. 02 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 11 de setembro de 2001, estabelece as Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica Brasileira, assegurando alguns direitos fundamentais de acessibilidade para os alunos em todos os níveis de escolaridade.

Posteriormente, a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, traçou diretrizes de acessibilidade ao ensino superior para portadores de deficiências. Esta portaria instituiu requisitos de acessibilidade como vagas em estacionamentos, rampas, adaptações em estabelecimentos, mudanças estruturais permitindo melhorias de acessos aos deficientes.

3 | O PROCESSO DE APREENSÃO DE MUNDO PELO DEFICIENTE VISUAL: DA INFÂNCIA A IDADE ADULTA

As fases iniciais de desenvolvimento são as mais difíceis para as pessoas que nascem com deficiência visual, a cegueira total ou parcial pode ter efeitos graves sobre a criança, caso seu processo de aprendizagem e de interação com o meio não for observado com a devida atenção pelos pais ou responsáveis. Segundo Fraiberg (1977), o processo de crescimento e desenvolvimento da criança cega é semelhante ao das videntes em virtude de o crescimento ser sequencial, com as mesmas etapas, entretanto, assim como as demais, a criança com deficiência visual além de se desenvolver de acordo com seu ritmo e potencialidades, é acrescentado a esse processo a limitação visual inerente ao grau de deficiência que ela possui.

Lowenfield (1975), defende que as diferentes texturas e partes móveis dos objetos também deverão ser reconhecidas com o uso da palma da mão e das pontas dos dedos. E, se necessário, deve-se explorar gosto ou cheiro. É importante também falar, descrever o objeto, incentivando-as a reconhecer os objetos e enriquecer seu

repertório. Percebe-se, assim, que apesar de não existir muitos artefatos desenvolvidos especificamente para as pessoas com deficiência visual, objetos que fazem parte do mundo dos videntes, se bem selecionados, podem proporcionar experiências de grande valia para seu desenvolvimento e enriquecimento do repertório tátil.

Faz-se importante ainda destacar como se dá o processo de desenvolvimento da modalidade tátil e posterior leitura do Braille para a pessoa com deficiência visual, sendo essa congênita ou adquirida em qualquer fase da vida. De acordo com Fraiberg (1977), esse processo é composto por quatro fases: reconhecem-se inicialmente formas e texturas básicas, para então partir para o reconhecimento e relação destas formas em um objeto como um todo; conhecendo isto, parte-se para representação gráfica, ou seja, a representação bidimensional dos objetos e formas presentes em seu cotidiano. Só com este repertório completo é que a pessoa com deficiência pode então conhecer a representação destes objetos através de símbolos, nesse caso, a leitura em Braille. No processo de aprendizagem da leitura em Braille tem-se uma de suas maiores dificuldades: adultos e crianças videntes aprendem palavras impressas num processo gradual, esse domínio é, geralmente, ajudado por figuras e várias informações do contexto. Para as pessoas com deficiência visual essas informações não existem para aprender Braille estas precisam memorizar as várias configurações de pontos das celas.

É com base no processo de apreensão e leitura de mundo até o momento da aprendizagem do Braille que se desenvolveu as fases de aplicação do presente experimento e conseqüente interação dos adultos com deficiência visual no campo das artes. A representação bidimensional dos objetos e das formas é base fundamental para o processo de construção de expressões artísticas espontâneas desenvolvidas neste relato, como será apresentado no decorrer do trabalho. Através de observações feitas no campo educacional das crianças e dos adultos com deficiência visual, percebe-se que há enorme necessidade de desenvolvimento de meios que integrem e facilitem a inserção dessas pessoas a atividades que parecem comuns aos videntes, principalmente no ambiente escolar. Entende-se ainda o quanto essa carência é explícita no âmbito das atividades plásticas, devido à falta de subsídios e equipamentos para realização dessas atividades, além da falta de entendimento por parte da maioria das pessoas em relação às necessidades e limitações desses indivíduos.

4 | EMBASAMENTO METODOLÓGICO

Inicialmente esta pesquisa carecia de conhecimentos práticos que levassem o observador a relatar seu objetivo, porém a obtenção dos mesmos foi adquirida através do processo de vivência em quatro instituições: Centro de Apoio as Pessoas com Deficiência Visual (CAP), Escola Estadual Senador Leite Neto, Associação Sergipana para Deficientes Visuais ASSEDEV (não mais em funcionamento) e Associação dos

Deficientes Visuais de Sergipe ADEVISE, todas localizadas na cidade de Aracaju no estado de Sergipe. Além das vivências que forneceram o conhecimento prático, esta pesquisa apoia-se na literatura específica, direcionada ao aprendizado e treinamento, que fornecesse suporte para melhor entender e trabalhar a prática de técnicas artísticas em benefício do público abordado, no que concerne ao melhoramento na qualidade de vida.

Durante as oportunidades fornecidas pelas vivências nas instituições citadas acima, foram aplicadas oficinas, onde se observou na prática a capacidade e o interesse das pessoas com deficiência visual no aprendizado e utilização das técnicas que lhes foram disponibilizadas através dessas intervenções.

Com a utilização de recursos didáticos construídos a partir de diferentes materiais, procurou-se aprimorar a prática destas oficinas, tornando-as mais significativas para a aprendizagem, despertando o interesse dos educandos, comprovando as ideias de Diehl (2006, p.2), que afirma que os deficientes visuais “constroem o seu mundo físico basicamente através de sensações táteis, olfativas e auditivas”. Nos tópicos a seguir tem-se a divisão proposta no experimento, com maiores descrições acerca dos materiais e processos utilizados em cada uma das fases da pesquisa. Para um melhor entendimento do processo este foi dividido em duas fases principais (1ª e 2ª fase do experimento), sendo a primeira subdividida em mais duas etapas (etapa 1 e 2), como será observado a seguir:

4.1 Primeira fase do experimento

4.1.1 Primeira etapa

Essa experiência foi aplicada em duas fases, sendo a primeira aplicada em três etapas. Na 1ª etapa realizada no CAP, em parceria com a ASSEDEV, executou-se os primeiros contatos com os deficientes visuais, procurando conhecer suas vidas, pensamentos, e as mais diversas reações diante daqueles que seriam os seus assistidos, utilizando-se para isso de reuniões formais, festivas e aulas de outras modalidades de ensino disponíveis. Quanto às técnicas abordadas, o foco foi direcionado a modelagem em argila, técnica que melhor se adequou a cumprir o objetivo de revelar a criatividade, destreza e desenvoltura com que os participantes faziam suas peças (Figura 1). Nessa etapa não foram selecionados deficientes específicos, sendo a pesquisa feita durante três dias, com duas horas por dia.



Figura 1 – Deficientes visuais modelando argila.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

4.1.2 Segunda etapa

Na 2ª etapa, foram selecionados cinco cegos congênitos, sem qualquer memória visual, associados da ASSEDEV, e assistidos pelo CAP, em Aracaju, SE. A esse grupo, constituído por três homens e duas mulheres na faixa etária entre 30 e 40 anos, foi iniciado um trabalho de reconhecimento da capacidade de percepção tátil, através de duas atividades distintas.

Durante a primeira atividade ocorreu o reconhecimento de figuras geométricas básicas, sendo apresentadas aos participantes, figuras em formas tridimensionais e figuras planas. No que diz respeito aos materiais, as figuras em três dimensões foram feitas em madeira (cinco delas) representando as formas de cubo, esfera, cilindro, cone e pirâmide. As figuras planas foram obtidas através da colagem de barbante em papel paraná, com cola branca (Figuras 2 e 3). O objetivo desta etapa foi direcionado a criação/desenvolvimento de uma memória tátil das peças apresentadas, tendo como parâmetro comparativo objetos do cotidiano que se assemelhassem às figuras analisadas, proporcionando-lhes uma nova visão e percepção daqueles elementos, memória essa que seria trabalhada posteriormente.



Figura 2 – Percepção de objetos tridimensionais.

Figura 3 – Percepção e desenho de figuras geométricas planas.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Durante a segunda atividade buscou-se desenvolver as concepções individuais e suas respectivas visões de mundo. Nesta etapa foram utilizados como material: Suporte de isopor para gravuras e noções de volume, papelão, papel A4, lixa para ferro, e prancheta de madeira prensada, com o objetivo de explorar a capacidade individual de cada participante. (Figuras 4 e 5).



Figura 4 – Iniciando gravura em isopor. Material utilizado: bandejas de isopor.

Figura 5 – Desenvolvendo as gravuras em lixa. Material utilizado: papel e lixa de ferro P-100.

Fonte: Acervo Pessoal do autor.

4.1.3 Conclusão da primeira fase do experimento

Durante a primeira fase observou-se, entre outras percepções, que dentre os materiais alternativos utilizados nas técnicas para a obtenção dos resultados planejados, a lixa de ferro P 100, coberta em sua parte porosa por papel A4, tornou-se o principal suporte para que fosse atingido o objetivo de expressar o desenho e a pintura, incluindo óleo sobre tela.

A partir da execução da segunda etapa os trabalhos foram concebidos através de concepções individualizadas e visões do mundo específicas, surgindo como interpretações daqueles que não enxergam, ou enxergam precariamente.

4.2 Segunda fase do experimento

Há uma mudança de ambiente na segunda fase, que será descrita como momento preliminar da segunda fase, onde o local de observação passa a ser a Escola Estadual Senador Leite Neto. Esta é uma escola regular inclusiva, onde tomou-se conhecimento de todo o processo de aprendizado dos alunos com deficiência visual, na condição de estudantes de uma sala de aula regular, onde destacou-se o trabalho de coordenação que aconteceu predominantemente na Sala de Recursos, elo fundamental nessa instituição de ensino.

Durante a permanência na escola foi encontrado um grupo composto por cinco alunos na faixa etária entre 9 e 13 anos, onde, no presente momento em que foi concretizada a pesquisa estavam realizando a construção de uma maquete, experiência coordenada pela da Profa. Maria Cláudia de Jesus Silva Santana.

Esse grupo abrigava 2 cegos, 2 baixa visão, e 1 vidente. O que foi relatado posteriormente pela Professora coordenadora, Maria Cláudia de Jesus Silva Santana, é que essa era uma composição estratégica, pois o vidente coordenava a equipe, era ele que conduzia e orientava os deficientes visuais nas realizações das tarefas individuais, e juntos atingiam o objetivo comum de forma integrada. (Figura 6).



Figura 6 – Trabalho realizado por alunos do Colégio Estadual Senador Leite Neto, sob a coordenação da Profa. Cláudia.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Iniciando a segunda fase de fato, o graduando procurou a ADEWISE, por sua condição física mais favorável, e constituiu, em maio de 2015, um grupo com cinco participantes, quantidade naquela oportunidade considerada adequada para um trabalho com mais segurança e qualidade, traçando uma diretriz que se mostrasse compatível com o desenvolvimento do projeto, que teria duração de 60 horas/aula, e duas horas de aula/dia, semanalmente, às segundas e quintas-feiras.

Compunham esse grupo, um cego total, um baixa-visão com elevado grau de deficiência, e três baixa visão com médio grau de deficiência visual. Dos cinco inscritos, e que começaram o projeto, dois desistiram durante o transcurso, o cego total, que também é aluno da UFS, onde cursa Licenciatura em Geografia, e uma média baixa visão.

O aluno responsável pelo relato desta pesquisa, manteve a mesma linha de trabalho, conforme anteriormente explicitado, sendo que, no presente caso, a técnica onde se utilizava a lixa de ferro e papel sulfite A4, se mostrou fundamental e imprescindível para os trabalhos que seriam desenvolvidos pelo aluno baixa visão com elevado grau de deficiência, acuidade 20/600.

Durante todo o período do curso, compreendido entre maio de 2015 e outubro de

2015, foram exploradas todas as técnicas então aprendidas no curso de artes visuais, desde os primeiros desenhos com lápis grafite em papel sulfite, o aprendizado de figuras geométricas, luz e sombra, composição, etc., sempre objetivando dotar aqueles assistidos dos conhecimentos mínimos necessários para a execução de trabalhos mais elaborados, inclusive com tinta guache e tinta a óleo.

Nessa etapa do projeto, foram adaptadas e aplicadas técnicas que propiciassem um maior desempenho artístico dos deficientes assistidos, sendo necessárias abordagens diferentes para os diversos graus de comprometimento visual dos componentes do grupo.

4.2.1 Resultados da segunda fase do experimento

Ao término da experiência relatada, desenvolvida na ADEWISE, principalmente devido ao empenho e capacidade dos participantes, observou-se a elaboração de trabalhos expressos com uma visão prática artística extremamente particular de cada aluno, e uma representação artística do mundo sem muitos detalhes e sem todas as cores, porém bem delineada e definida.



Figura 7 – Niceu Dantas. Aluno com acuidade visual 20/600.

Figura 8 – Niceu Dantas. Trabalho concluído. OST. 30cm x 40cm.

Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 9 – Ízis Pozener. Aluna com acuidade visual 20/400.

Figura 10 – Ízis Pozener. Trabalho concluído. OST, 30cm x 40cm.

Em outubro de 2015, dando continuidade ao experimento, uma nova turma foi constituída, também na ADEVISE, onde, entre os demais, se inscreveu um cego total, o que nos possibilitou a implementação de técnicas mais específicas, como a utilização sistemática de relevos, ora representados por colagens, ora oriundos de perfurações nos contornos das figuras a serem trabalhadas, sempre de baixo para cima, na posição positiva, conforme se utiliza no sistema Braille.

Observamos que esse aluno, no decorrer do aprendizado, desenvolveu seus próprios recursos para atingir os objetivos previstos. Na figura 14, vê-se claramente o deficiente utilizando uma das mãos como um balizador. Enquanto faz os seus traços com a mão direita, com a mão esquerda bem espalmada, o orientando utiliza o dedo indicador como régua, e os dedos polegar e mindinho, colocados nas bordas do suporte, direcionam a posição da linha a ser desenhada.



Figura 13 – Roque Hudson. Aluno cego esboçando o trabalho.



Figura 14 – Roque Hudson. Trabalho concluído.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Essa utilização, pelo cego, de uma das mãos como baliza para a construção de linhas, já havia sido observada quando da experiência realizada no CAP, em março de 2014. Nesse experimento, conforme trabalho mostrado na figura 16 utilizou-se papel sulfite A4 e a gravura de um cavalo. Colamos a gravura no papel e pontilhámos o seu contorno no sentido de baixo para cima, gerando assim pontos em relevo definindo a forma da imagem.

Com esse material adaptado, foi solicitado ao deficiente que fizesse reconhecimento tátil do pontilhado em torno da gravura, e posteriormente construísse um cercado que simbolicamente protegesse o animal ali representado, complementando a composição. Sem muita dificuldade, talvez por morar na zona rural, e por ter uma memória visual construída no período anterior à perda da visão, o aluno logo reconheceu que era a figura de um cavalo, e com a ajuda dos dedos, utilizando-os

como balizadores, desenhou a cerca conforme podemos observar.



Fig. 16 – Trabalho com aluno que perdeu a visão aos 32 anos de idade. Março.2014, no CAP. Idade do aprendiz à época dessa oficina: 35 anos. (Suporte, papel A4, e imagem com contorno pontilhado).

Fonte: Acervo pessoal do autor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho junto aos deficientes visuais, não nos preocupamos com as vertentes da produção artística, se a arte é acadêmica, erudita, popular, ou qualquer outra, e sim de uma arte anônima, expressa a partir de concepções únicas, nascidas de uma memória construída com as mãos, através da percepção tátil, por aqueles artistas que não conseguem enxergar através da visão, mas o fazem através da sensibilidade, da percepção, da capacidade de sonhar, mesmo estando eternamente com os olhos fechados ou semicerrados, expondo seus sentimentos e anseios individuais, em busca de equilíbrio e harmonia.

Afinal, segundo ALBERTI (1992, p.107), “A maior obra do pintor não é um colosso, mas uma história. A história proporciona maior glória ao engenho do que o colosso”. Diante dessa realidade, não se pode ignorar a arte e seu potencial, como enriquecedora do conhecimento individual, no sentido do pensar e fazer, resgatando assim as várias dimensões do ser humano portador de alguma deficiência, quer seja cognitiva, afetiva ou social.

Podemos afirmar, ainda, que os objetivos de pesquisa foram alcançados de forma satisfatória, já que foi possível perceber a crescente interação dos alunos pesquisados com os princípios apresentados por meio da metodologia descrita anteriormente. Percebe-se, portanto, que a interação com as artes plásticas pode funcionar como uma importante ferramenta de equilíbrio da pessoa com deficiência visual no ambiente em que está inserido, apresentando conceitos relevantes à sua vivência e, principalmente, motivando-os a desenvolver novas habilidades.

Ao termino do trabalho, notou-se algumas limitações relevantes na elaboração

dos resultados finais da pesquisa devido à complexidade e extensão dos temas trabalhados, entretanto, esta mesma complexidade e extensão podem apontar importantes caminhos a serem percorridos para a expansão do trabalho, sugerindo novas perspectivas de aplicação e expansão da metodologia apresentada.

Se faz importante afirmar que a metodologia apresentada continua sendo utilizada e aperfeiçoada em outras instituições e com outros alunos, mesmo depois da aplicação deste experimento. Essa contínua execução das fases e etapas apresentadas e a interação destas com outros deficientes que, por sua vez, trazem consigo suas próprias vivências, fazem com que a observação para lapidação e aprimoramento destas se tornem constantes a cada aplicação, contribuindo assim para ampliação da tão necessária observação da relação do deficiente visual com o mundo das artes.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. São Paulo: Ática, 2003. 80p.

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil].

BRASIL. Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil].

BRASIL. Ministério da Educação Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições**. Brasília: MEC/SEF, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. Senac, 2007.

CONTEÚDO ESCOLAR. **Arte e conhecimento, construção e expressão**. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/colaboracao-do-leitor/30/161-arte-e-conhecimento-e-construcao-e-expressao>. Acesso em 13/06/2016.

DIEHL, ROSILENE MORAES. **Jogando com as Diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo- SP. Phorte, 2006.

DVS Pedagogia. **Braille Bricks - um brinquedo para alfabetização e inclusão de crianças cegas**. Disponível em: <http://dvsepedagogia.blogspot.com.br/> Acesso em 29/07/2014.

FRAIBERG, S. **Insights from the blind**. Nova York: Basic Books, 1977.

FRESCH, Seli. **A inclusão do portador de deficiência visual no sistema de ensino regular: Desafios e perspectivas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

GIL, Marta; Alquéres, Hubert. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka, 2005.

GRUPO ESCOLAR. **Funções da arte**. Disponível em: <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/funcoes-da-arte.html>. Acesso em: 14/06/2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: de www.ibge.gov.br. Acessado em: 10 de janeiro de 2016.

LOWENFELD, Berthold. **The changing status of the blind: from separation to integration**. Charles C. Thomas: Springfield, 1975.

MARTINS, Fátima Alice. **As artes visuais e a educação inclusiva: Arte sem barreiras**. FNDE. N° 1, 2002.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 Décima revisão**. Trad. do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 3 ed. São Paulo: EDUSP; 1996.

REGO, Tereza Cristina. **VYGOTSKY: Uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SANTANA, Maria Cláudia de Jesus Silva. Entrevista concedida a Mércia Andrade e José Ricardo Lopes da Silva. Coordenadora da Sala de Recursos da EESLN. Aracaju. 13/05/2014.

SANTOS, Wellington. Entrevista concedida a Mércia Andrade Santos Gonsaga e José Ricardo Lopes da Silva. Professor cego que atua na Sala de Recursos da EESLN. Aracaju. 23/05/2014.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao Início do Século XX: Cuidar e Educar para Civilizar**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-460-3

